

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018.
(Do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de Audiência Pública com pais e mães de autistas e autistas para discutir políticas públicas para autistas no Brasil.

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a realização de Audiência Pública para discutir políticas públicas para autista no Brasil.

Para a referida audiência sugerimos os seguintes nomes:

Mesa dos autistas (que possuem condições de se representar):

- 1) Dante Júnior - Estudante de medicina na UFCA;
- 2) Rodrigo Tramonte - Cartunista e caricaturista;
- 3) Vinicius Ferreira - Cantor, artista plástico e pintor;
- 4) Nicolas Brito - Palestrante e escritor;
- 5) Amanda Paschoal - Conselheira do MOAB, estudante da UnB e artista plástica.

Mesa dos pais de autistas (daqueles que não possuem condições de se representar):

- 1) César Castro - Coordenador do MOAB, pai de autista;
- 2) Gilberto Ferreira - Presidente da AMA/DF, pai de autista;
- 3) Eliseu Acácio - Ativista dos direitos dos autistas, pai de autista;

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

4) Adle Airam Lima - Ativista dos direitos dos autistas, mãe de autista;

5) Fernando Cotta - Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista, pai de autista.

JUSTIFICATIVA

O Autismo é uma síndrome integrante do grupo de desordens cerebrais chamado Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

Estima-se que há setenta milhões de autistas em todo o mundo. No Brasil, mais de dois milhões de pessoas já foram diagnosticadas com a síndrome, que é mais incidente em crianças, na proporção de quatro meninos para uma menina, independentemente da condição socioeconômica, localização geográfica ou etnia.

Em 2012, a Lei nº 12.764 trouxe a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e sua regulamentação tomou forma com o Decreto nº 8.368, de 2014.

Contudo, muita desinformação e preconceito ainda ronda os indivíduos autistas, bem como suas famílias. Por isso, da mais alta relevância que o assunto seja abordado em mais e mais fóruns, a fim de que os resultados obtidos pelas pesquisas científicas sejam traduzidos para toda a sociedade, substituindo a incompreensão por verdadeira inclusão social através de políticas públicas.

Nesse sentido, requeiro a realização de audiência pública, para promover uma reflexão acerca do potencial desenvolvimento dos cidadãos autistas, oferecendo-lhes, portanto, maior visibilidade e oportunidade através de políticas públicas para o autista.

Sala das comissões, de maio de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Deputado LUIZ COUTO

PT/PB